

ANC  
P3

# Provocação descarada

FOLHA DE SÃO PAULO

3 JUN 1988

ROBERTO D'AVILA

**E**stá abertamente em curso uma operação contra a democracia, desencadeada por setores políticos interessados em empurrar as necessárias eleições municipais deste ano para 1989, em nome de sua coincidência com a sucessão presidencial. Apostando no prolongamento dos trabalhos da Constituinte, esses agentes concebem a democracia não como um valor em si, mas como algo que deve ser utilizado ao sabor dos seus interesses menores, não importando a gravidade da crise em que se encontra mergulhado o país.

O governo Sarney, sustentado basicamente pelo PMDB, sabe que as eleições significarão o julgamento das suas pobres e desconexas ações governamentais, precipitando, ainda, a perda, pelo PMDB/PFL, de enorme número de Prefeituras, sobretudo nas capitais.

Na realidade, qualquer que seja o resultado eleitoral, deve ser ressaltado para a classe política que o importante é a existência do embate na urnas. É ele que reaviva a cidadania, costura as

alianças possíveis, possibilita a saída para um pacto social, capaz de tirar o país do atoleiro, independente de quem venha a vencer. Políticos senhoriais, acostumados a sobreviver sem disputar eleição, ou desejando-a apenas quando avaliam suas reais chances de vitória, são aqueles que alardeiam as receitas falsificadas de democracia, de forma a estruturar um quadro falacioso que leve à desestabilização, criando condições para chamar de volta os setores duros que predominavam na ditadura, e que são eternos companheiros de política e negócios destes mesmos senhores.

Agora, a tese reacionária do adiamento, defendida até mesmo pelo líder do governo no Senado, ganha adeptos e seduz governadores, receosos de enfrentarem os desejos de mudança da população, descontente com os rumos imprimidos pela geléia geral PMDB/PFL.

Chega a ser impatriótico, descarado, analisar o pleito de novembro em função dos interesses partidários. Para o PDT, o primordial é consolidar as institui-

ções democráticas, traçar um calendário eleitoral com regras do jogo bem fixadas, dentro dos futuros parâmetros constitucionais. Somente a sedimentação dessas regras reaparelharia o país com as condições necessárias para vencer a pobreza, através de um programa social transformador e progressista.

A falta de credibilidade dos poderes constituídos, a descrença do povo nos políticos, permeada por uma desesperança latente, obrigam que se tenha propostas audaciosas, mas claras e objetivas, no sentido de resgatar um modelo econômico justo, que retire o Brasil da miséria, colocando-o ao lado das nações mais prósperas.

É notório que as eleições municipais dependem apenas da vontade política de realizá-la. Elas passam por um mínimo de decência que se exige dessa classe dirigente canhestra, sem compromisso com os cidadãos e o exercício da cidadania. Trata-se de uma obviedade dizer que existe tempo hábil de se organizar as eleições, mesmo se a nova Consti-

tuição for apenas promulgada em setembro.

Os valores da democracia devem ser radicais e prevalecer em todos os momentos. Nada justifica o método ruim, a pretexto de que somente interessam os resultados. O atalho na história e o corte com a tesoura jamais trouxeram ou consolidaram a democracia. Deixar de consultar a população, sem ouvi-la pelo voto direto, não é apenas uma visão autoritária, oligárquica e anacrônica; é a barbárie, longe das melhores tradições modernas, humanitárias e democráticas que desejamos e devemos seguir.

Cobrar com firmeza, sem vacilações. É o que faremos incansavelmente enquanto forem tentadas manobras prorrogacionistas. As forças políticas engajadas por uma sociedade mais justa para todos devem permanecer mobilizadas, e denunciar mais este casuismo de República de segunda categoria.

ROBERTO FERRARITO D'AVILA, 39, jornalista, deputado federal (PDT-RJ).